

lho feminino fora do lar e que em geral aceitam o divórcio e a vida conjugal sem casamento (em matéria de tolerância, note-se que o Rio de Janeiro sempre ganha de São Paulo). Dizem-se saturadas de ver donas-de-casa em serviço doméstico nos comerciais de TV e consideram cansativas as cenas de propaganda, em que são impostos ambientes de luxo e a autoridade de "gente importante". Elas mantêm, em relação à publicidade comercial, uma atitude crítica que se revela em indicadores bem sugestivos: a queixa de que a maioria das mensagens (para qualquer ordem de produto) é "igual e cansativa" e de que a propaganda de liquidações, de remédios e de xampus são freqüentemente mentirosas. Mas o mais engraçado é que, no *ranking* das propagandas "irritantes", tenham conferido um retumbante primeiro lugar às "campanhas de governo", o que indica uma grande repulsa às trombetas do Brasil grande que, até há pouco, atormentavam o público telespectador.

Enfim, com essa pesquisa os arquivos da Mc Cann passam a guardar informações importantes acerca da estruturação familiar e da organização do consumo material e simbólico das populações urbanas dos grandes centros — São Paulo e Rio de Janeiro — especialmente entre as classes médias. Numa conjuntura do campo intelectual em que essas últimas jazem relegadas da investigação sociológica, está aí uma nova fonte de dados a aproveitar. □

José Carlos Garcia Durand

Cordeiro, Hésio. *A Indústria de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1980. 229p.

Este livro trata das relações entre a indústria farmacêutica e a prestação e consumo de ações de saúde. Por um lado, temos a questão do consumo de medicamentos, sua crescente participação na estrutura de gastos em saúde, suas condições de produção e circulação. De outro lado, temos a questão do consumo médico, cuja importância pode ser avaliada, segundo o autor, pelo fato de que: "Cerca de 80% das consultas médicas implicam a prescrição de um ou mais medicamentos." O exame de tais questões pressupõe, é claro, o conhecimento das relações com a prática médica e das políticas estatais de saúde.

O que o autor pretende é a construção de uma teoria explicativa sobre o consumo de medicamentos e o uso de serviços de saúde. Para tanto, o autor parte da análise de outros estudos sobre consumo de medicamentos, buscando enquadrá-los no âmbito das orientações teóricas existentes.

Um primeiro estudo privilegia os modelos sobre utilização de serviços de saúde, ou seja, a conduta dos consumidores de medicamentos, e inclui variáveis econômicas, sócio-demográficas, psicossociais, culturais e aquelas referentes ao sistema de saúde. Segundo o autor, esses estudos se caracterizam por uma orientação marcada-

mente empiricista, e as análises da conduta do consumidor encobrem uma certa "lógica da cultura de classe", ou seja, justifica-se uma dinâmica do consumo em termos de condutas racionais e livres dos indivíduos, sem levar em conta a lógica econômica e política da produção de medicamentos a que estão submetidos os grupos sociais.

Dadas essas limitações nos estudos sobre a conduta do consumidor, o autor se volta para outras orientações empenhadas em dar conta dessas relações entre "as necessidades" e "o consumo" em saúde.

Uma destas orientações seria a questão da medicalização nas sociedades industriais, nas quais o consumo de medicamentos não se reduz apenas à relação entre paciente e serviços de saúde, mas depende de inúmeros fatores propriamente sociais. A medicalização é vista então como um instrumento de controle político e social. O autor também examina detidamente as linhas de pensamento de Illich, Dupuy e Karsenty e Navarro, que envolvem análises de práticas médicas, indústria farmacêutica, indivíduos (clientes) e políticas de saúde.

O autor estuda ainda Boltanski e suas idéias a respeito de necessidades de saúde e consumo médico, visão que só poderia ser explicada se referida ao sistema de relações das classes sociais com o saber e a prática médica, onde o papel da medicina é definido como "um subpoder institucional".

Ao estudar o sistema de necessidades de saúde, o autor procura fundamentar-se nas teorias de Marx com relação à produção, consumo e aos processos sociais existentes no modo de produção capitalista, entendendo que essas necessidades e o próprio consumo são produtos sociais e que a ampliação do mercado consumidor de medicamentos atende às exigências da acumulação de capital, principalmente da indústria farmacêutica. Assim, o autor analisa as características dessa indústria, a produção e circulação de medicamentos, bem como as políticas estatais, principalmente a criação e expansão do órgão estatal Ceme (Central de Medicamentos). O autor salienta ainda a questão

da própria forma de organização de um sistema de saúde, e sua relação com a prática médica. Deste modo, o autor desenvolve um esquema de análise envolvendo as relações entre a produção e a circulação de medicamentos, a prática médica, as políticas estatais do setor, e a organização da atenção à saúde, para justificar que as necessidades e consumo médicos são criados a partir das relações das classes e frações de classe com o complexo industrial-médico.

Na área da saúde, é incontestável a importância que assume a questão dos medicamentos, havendo muitos trabalhos e alguns livros que trataram dessa realidade. Hésio Cordeiro, neste livro, consegue conferir uma abrangência sociológica ao tema, não se limitando a análises de alguns pontos de maior interesse, mas o mérito de sua abordagem está em relacionar esses pontos, inserindo-os num contexto social, ou melhor, amarrando as questões "médicas" à realidade mais ampla. É dessa orientação fecunda que derivam as principais contribuições do livro.

O estudo de Hésio Cordeiro foi antes apresentado como dissertação de Mestrado, no Instituto de Medicina Social da UERJ: um trabalho objetivo e valioso na área dos estudos de saúde, e decerto merecedor da atenção daqueles que de alguma forma estão envolvidos ou interessados em questões de saúde e de sociedade. □

Ivone Rodrigues Morallis

Sigaud, Lygia. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

A publicação recente da editora Paz e Terra intitulada *Greve nos engenhos* compõe-se de um texto analítico sobre o movimento de outubro de 1979 nos engenhos açucareiros de Pernambuco, escrito por Lygia Sigaud, autora de outros importantes estudos sobre os trabalhadores rurais da Zona da Mata pernambucana.¹ Além dele, completa o volume uma série de documentos, fotografias e inclusive poemas de trabalhadores, referentes à greve de 1979.

A leitura do texto é duplamente interessante: de um lado porque, como mostra a própria Lygia Sigaud, esta foi a primeira manifestação grevista no período pós-64 de trabalhadores rurais daquela região considerada de grande tensão social, mobilizando diretamente 20 mil pessoas e indiretamente mais 100 mil; de outro lado, porque as reivindicações dos trabalhadores dos engenhos açucareiros de Pernambuco têm pontos em comum com aquelas dos operários urbanos: não só aumento salarial, aliás obtido como resultado vitorioso da greve, mas inclusive estabilidade do delegado sindical, ou melhor, do delegado de engenho.

Este segundo ponto merece comentário. Pode levar o analista mais apressado a pensar em situação de

homogeneidade das lutas dos trabalhadores do campo e da cidade e, portanto, de ampliação das dimensões do proletariado nacional que com isso passaria a englobar tanto operários urbanos quanto operários rurais.

Ora, as reivindicações dos trabalhadores assalariados dos engenhos têm características singulares em relação àquelas dos assalariados urbanos, como a Autora mesma afirma: a luta pelo direito de acesso à terra para cultivo de lavouras de subsistência e criação de animais e a luta pela aprovação de uma tabela "estabelecendo equivalências entre os diferentes serviços de produção da cana e as formas de remuneração" (p. 42). Estas duas reivindicações são complementares entre si e se articulam de forma específica com a reivindicação por maiores salários. A existência da tabela é fundamental para se garantir um efetivo aumento salarial e o tempo livre para o cultivo no sítio de subsistência. Por outro lado, "a possibilidade de produzir parte de sua subsistência torna o trabalhador mais livre perante o proprietário e, portanto, menos subordinado ao trabalho assalariado" (p. 45).

Além disso, deve-se considerar que a relação de trabalho assalariado e as demandas trabalhistas constituem tão-somente uma dimensão entre outras da complexa realidade agrária brasileira. As lutas de pequenos produtores por melhores condições para produzir, as lutas de posseiros em vários pontos do território nacional para garantir terra onde trabalhar e sobreviver constituem outra dimensão, aliás significativamente mais importante tanto pelo número de pessoas envolvidas como pelo grau de violência atingido. □

Maria Rita Garcia Loureiro

¹ Sigaud, Lygia. *Os Clandestinos e os direitos* (estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco). São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979; e *A Nação dos homens*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1971. mimeogr.